

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

28 de abril de 2020

Proposta da Administração

Sumário

Edital de Convocação.....	2
Assembleia Geral Ordinária	
Item A – Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.....	3
Item B – Deliberação sobre a proposta da Administração para a destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2019, aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 18 de março de 2020.....	4
Item C – Fixação da remuneração global anual dos Administradores, membros do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário.....	6
Assembleia Geral Extraordinária	
Item A – Exame e deliberação da proposta da Administração de elevação do capital social da importância de R\$ 453.185.281,00, para a importância de R\$ 553.781.295,00, mediante incorporação de reserva legal, reserva de correção especial do ativo imobilizado, reserva de lucros retidos para investimentos e reserva de incentivos governamentais.....	9
Item B – Análise, deliberação e aprovação de alteração no Estatuto Social.....	11
Anexo I – Destinação do Lucro Líquido (Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09).....	12
Anexo II – Remuneração dos Administradores (Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09).....	18
Anexo III – Aumento de Capital (Anexo 14 da Instrução CVM nº 481/09).....	32
Anexo IV – Comentário dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia, em cumprimento ao art. 9º da Instrução CVM nº 481/09 (Item 10 do Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09).....	36

**Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A
SANASA Campinas**

CPNJ nº 46.119.855/0001-37

**Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
Edital de Convocação**

Estão convocados os senhores acionistas da **Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A – SANASA Campinas**, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se no dia 28 de abril de 2020, às 08h30m, no auditório Capivari, na Sede Social da empresa, situada na Avenida da Saudade nº 500, Ponte Preta, Campinas (SP), a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

I. Assembleia Geral Ordinária (AGO):

- a) Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.
- b) Deliberação sobre a proposta da Administração para a destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2019, aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 18 de março de 2020.
- c) Fixação da remuneração global anual dos Administradores, membros do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário.

II. Assembleia Geral Extraordinária (AGE):

- a) Exame e deliberação da proposta da Administração de elevação do capital social da importância de R\$ 453.185.281,00, para a importância de R\$ 553.781.295,00, mediante incorporação de reserva legal, reserva de correção especial do ativo imobilizado, reserva de lucros retidos para investimentos e reserva de incentivos governamentais.
- b) Análise, deliberação e aprovação de alteração no Estatuto Social.

Campinas, 06 de abril de 2020.

Pedro Benedito Maciel Neto

Presidente do Conselho de Administração

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA EXPOSIÇÃO AOS ACIONISTAS

ITEM A

Prestação de Contas dos Administradores, Exame, Discussão e Votação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019

Senhores Acionistas,

O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício de 2019, foram publicados no jornal Correio Popular de Campinas e Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP) em 28/03/2020, em atendimento às disposições da Lei nº 6.404/76.

Também estão disponíveis para consulta nos sites www.sanasa.com.br e www.cvm.gov.br.

Campinas, 30 de março de 2020.

A Administração

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA EXPOSIÇÃO AOS ACIONISTAS

ITEM B

Deliberação sobre a Proposta da Administração para a Destinação do Lucro Líquido do exercício de 2019, aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 18 de março de 2020

Senhores Acionistas,

As demonstrações financeiras da SANASA, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentam um lucro líquido de R\$ 179.184.773,14 (cento e setenta e nove milhões, cento e oitenta e quatro mil, setecentos e setenta e três reais e quatorze centavos). Com base no artigo 192 da Lei nº 6.404/76, o Conselho de Administração está propondo a esta Assembleia Geral Ordinária, com parecer favorável do Conselho Fiscal, que, do referido lucro líquido, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, seja destinada a importância de R\$ 80.006.675,20 (oitenta milhões, seis mil, seiscentos e setenta e cinco reais e vinte centavos) como remuneração aos acionistas a título de dividendos e juros sobre o capital próprio, correspondendo a 50,19% do lucro básico para fins de dividendo, nos termos do artigo 55 do Estatuto Social da Companhia.

Adicionalmente, o Conselho de Administração também propõe aos acionistas nesta Assembleia Geral Ordinária, com parecer favorável do Conselho Fiscal, que do lucro líquido do exercício sejam destinados R\$ 99.178.097,94 (noventa e nove milhões, cento e setenta e oito mil, noventa e sete reais e noventa e quatro centavos) para a constituição de reservas, sendo R\$ 79.393.767,08 (setenta e nove milhões, trezentos e noventa e três mil, setecentos e sessenta e sete reais e oito centavos) em reserva de retenção de lucros para fazer frente aos investimentos previstos para 2020, em conformidade com a programação anual de investimentos elaborada pela Companhia, R\$ 11.394.833,90 (onze milhões, trezentos e noventa e quatro mil, oitocentos e trinta e três reais e noventa centavos) em reserva de incentivos governamentais e R\$ 8.389.496,96 (oito milhões, trezentos e oitenta

e nove mil, quatrocentos e noventa e seis reais e noventa e seis centavos) em reserva legal.

O Anexo I contém informações sobre a destinação do lucro líquido, conforme exigido na Instrução CVM 481/09 (Art. 9º, § 1º, Inciso II).

Campinas, 30 de março de 2020.

A Administração

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA EXPOSIÇÃO AOS ACIONISTAS

ITEM C

Fixação da Remuneração Global Anual dos Administradores, Membros do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário

Senhores Acionistas,

O parágrafo 4º do artigo 8º do Estatuto Social da Companhia determina que “a **Assembleia Geral fixará os honorários** e demais vantagens **da Diretoria Executiva** e as **remunerações do Conselho Fiscal, do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria Estatutário**”.

A lei 6.404 de 15/12/1976 (Lei das Sociedades por Ações), através do artigo 152, atribui à assembleia geral a responsabilidade pela fixação da remuneração global ou individual dos administradores (Diretoria e Conselho de Administração), conforme destacado abaixo:

*“Art. 152. A **assembleia geral fixará o montante global ou individual da remuneração dos administradores**, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.”*

No que se refere à remuneração dos Conselheiros Fiscais, a Lei das Sociedades por Ações estabelece a remuneração mínima a ser paga aos membros do Conselho Fiscal, que não poderá ser inferior a 10% da que, em média, for atribuída a cada Diretor, conforme abaixo:

*“Art. 162 - § 3º A **remuneração dos membros do conselho fiscal**, além do reembolso, obrigatório, das despesas de locomoção e estada necessárias ao*

*desempenho da função, será fixada pela assembleia geral que os eleger, e **não poderá ser inferior**, para cada membro em exercício, **a dez por cento da que, em média, for atribuída a cada diretor**, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.”*

A Política de Remuneração da Companhia estabelece o seguinte sobre a remuneração dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário:

6.1 - A **remuneração** mensal devida aos membros do **Conselho de Administração** será de 25% (vinte e cinco por cento) da remuneração mensal média dos Diretores da Companhia.

7.1 - A **remuneração** mensal devida aos membros do **Conselho Fiscal** será de 25% (vinte e cinco por cento) da remuneração mensal média dos Diretores da Companhia.

8.1 - A **remuneração** mensal devida aos membros do **CAE** será de 25% (vinte e cinco por cento) da remuneração mensal média dos Diretores da Companhia.

Diante do exposto, a Administração propõe o montante global de até R\$ 7.141.823,69 (sete milhões, cento e quarenta e um mil, oitocentos e vinte e três reais e sessenta e nove centavos) para a remuneração dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria e Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia para o exercício de 2020, assim distribuída:

Órgãos	Remuneração Global Anual
Conselho de Administração	R\$ 1.354.612,26
Conselho Fiscal	R\$ 580.548,11
Diretoria	R\$ 4.626.115,21
Comitê de Auditoria Estatutário	R\$ 580.548,11

O Anexo III apresenta as informações relativas à remuneração dos Administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia nos três últimos exercícios sociais, bem como a previsão para o exercício social corrente, conforme determina o item 13 do Formulário de Referência (Art. 12 da Instrução CVM 481).

Campinas, 30 de março de 2020.

A Administração

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA EXPOSIÇÃO AOS ACIONISTAS

ITEM A

Exame e deliberação da proposta da Administração de elevação do Capital Social da importância de R\$ 453.185.281,00, para a importância de R\$ 553.781.295,00, mediante incorporação de Reserva Legal, Reserva de Correção Especial do Ativo Imobilizado, Reserva de Lucros retidos para Investimentos e Reserva de Incentivos Governamentais

Senhores Acionistas,

O Conselho de Administração submete à apreciação e deliberação desta Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, a proposta de incorporação ao capital de reservas no montante de R\$ 100.596.014,00 (cem milhões, quinhentos e noventa e seis mil e quatorze reais), sendo R\$ 8.389.496,96 (oito milhões, trezentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e noventa e seis reais e noventa e seis centavos) de reserva legal, R\$ 1.417.916,06 (um milhão, quatrocentos e dezessete mil, novecentos e dezesseis reais e seis centavos) de reserva de correção especial do ativo imobilizado, conforme estabelece a Lei nº 8.200/91, R\$ 79.393.767,08 (setenta e nove milhões, trezentos e noventa e três mil, setecentos e sessenta e sete reais e oito centavos) de reserva de lucros para investimentos e R\$ 11.394.833,90 (onze milhões, trezentos e noventa e quatro mil, oitocentos e trinta e três reais e noventa centavos) de reserva de incentivo governamental.

Em consequência, deverá ser alterado o artigo 3º do Estatuto da Companhia, o qual passará a ter a seguinte redação: “Art. 3º O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 553.781.295,00 (quinhentos e cinquenta e três milhões, setecentos e oitenta e um mil e duzentos e noventa e cinco reais), dividido em 553.781.295 (quinhentas e cinquenta e três milhões, setecentas e oitenta e uma mil e duzentas e noventa e cinco) ações ordinárias, nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real)”.

O Anexo IV contém informações sobre a proposta de Aumento de Capital, conforme exigido na Instrução CVM 481/09 (Art. 14).

Campinas, 30 de março de 2020.

A Administração

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA EXPOSIÇÃO AOS ACIONISTAS

ITEM B

Análise, deliberação e aprovação de alteração no Estatuto Social

Senhores Acionistas,

O Conselho de Administração submete à apreciação e deliberação desta Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, a proposta de alteração no Estatuto Social, conforme a seguir especificado:

Artigo 3º - Do Capital Social:

Redação Atual: “O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, é de **R\$ 453.185.281,00** (quatrocentos e cinquenta e três milhões, cento e oitenta e cinco mil e duzentos e oitenta e um reais) dividido em **453.185.281** (quatrocentas e cinquenta e três milhões, cento e oitenta e cinco mil e duzentas e oitenta e uma) ações ordinárias, nominativas, com valor nominal de R\$1,00 (um real)”.

Proposta de Nova Redação: “O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, é de **R\$ 553.781.295,00** (quinhentos e cinquenta e três milhões, setecentos e oitenta e um mil e duzentos e noventa e cinco reais), dividido em **553.781.295** (quinhentas e cinquenta e três milhões, setecentas e oitenta e uma mil e duzentas e noventa e cinco) ações ordinárias, nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real)”.

Campinas, 30 de março de 2020.

A Administração

ANEXO I
Destinação do Lucro Líquido
(Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09)

Descrição	R\$
Lucro Líquido do Exercício	179.184.773,14
(-) Reserva de Incentivo Governamental	(11.394.833,90)
(=) Base de Cálculo para a Reserva Legal	167.789.939,24
(-) Reserva Legal de 5% (art. 193 da Lei nº 6.404/76)	(8.389.496,96)
(=) Base de Cálculo dos Dividendos	159.400.442,28
(-) Dividendos Mínimos Obrigatórios 6% (inciso II do artigo 40 do Estatuto Social)	(9.564.026,54)
(-) Dividendos Adicionais e Juros sobre o Capital Próprio	(70.442.648,66)
(=) Lucro após Distribuição de Dividendos	79.393.767,08
(-) Reserva de Lucros para Investimentos	(79.393.767,08)
(=) Lucro Acumulado após Destinação	-

1. Informar o lucro líquido do exercício

R\$ 179.184.773,14

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Montante Global dos Dividendos – em reais (a)	80.006.675,20
Quantidade de Ações (b)	453.185.281
Valor por Ação dos Dividendos – em reais (a/b)	0,1765

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Base de Cálculo dos Dividendos – em reais (a)	159.400.442,28
Dividendos – em reais (b)	80.006.675,20
Percentual [(b/a)×100]	50,19%

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Descrição	Valores em Reais		
	2018	2017	2016
Total de Dividendos e JCP*	80.006.678,85	85.007.093,50	23.901.995,00
Por Ação	0,2159	0,2527	0,0750

* Juros sobre o Capital Próprio

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

- O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe
- A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio
- Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio
- Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não aplicável.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores**a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados:**

R\$ 80.006.675,20 (oitenta milhões, seis mil, seiscentos e setenta e cinco reais e vinte centavos).

b) Informar a data dos respectivos pagamentos:***Dividendos Intermediários:***

Acionistas Minoritários: R\$ 192,15 em 15/07/2019; R\$ 3.338,45 em 29/11/2019; e R\$ 834,60 em 28/01/2020.

Acionista Majoritária: R\$ 2.302.310,00 em 15/07/2019; R\$ 40.000.000,00 em 29/11/2019; e R\$ 10.000.000,00 em 28/01/2020.

Juros sobre o Capital Próprio:

Acionistas Minoritários: R\$ 2.310,00 em 15/07/2019;

Acionista Majoritária: R\$ 27.697.690,00 em 15/07/2019.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe

a) Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

b) Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Respostas aos itens (a) e (b):

Descrição	Exercícios sociais encerrados em:			
	2019	2018	2017	2016
Lucro Líquido do Exercício (a)	179.184.773,14	162.533.472,82	119.175.903,78	78.816.977,39
Dividendos e JCP* distribuídos (b)	80.006.675,20	80.006.678,85	85.007.093,50	23.901.995,00
Quantidade de Ações (c)	453.185.281	370.631.609	336.429.868	318.747.898
Lucro Líquido por Ação (a/c)	0,3954	0,4385	0,3542	0,2473
Dividendos e JCP por Ação (b/c)	0,1765	0,2159	0,2527	0,0750

* Juros sobre o Capital Próprio

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a) Identificar o montante destinado à reserva legal: R\$ 8.389.496,96

b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal:

Descrição	Valor em Reais
Lucro Líquido do Exercício (a)	179.184.773,14
(-) Reserva de Incentivo Governamental (b)	(11.394.833,90)
(=) Base de Cálculo da Reserva Legal (c = a - b)	167.789.939,24
Reserva Legal (c × 5%)	8.389.496,96

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

- a) Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos
- b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos
- c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa
- d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais
- e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Resposta aos itens (a), (b), (c), (d) e (e): Não aplicável, pois o capital social é representado por ações ordinárias, nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

- a) **Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto:**

O dividendo mínimo obrigatório é de 6% (seis por cento) do lucro líquido do exercício após as deduções determinadas ou admitidas por lei, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

- b) **Informar se ele está sendo pago integralmente:**

Sim

- c) **Informar o montante eventualmente retido:**

Não aplicável

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

- a) **Informar o montante da retenção**
- b) **Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos**
- c) **Justificar a retenção dos dividendos**

Resposta aos itens (a), (b) e (c): Não aplicável

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

- a) Identificar o montante destinado à reserva
- b) Identificar a perda considerada provável e sua causa
- c) Explicar porque a perda foi considerada provável
- d) Justificar a constituição da reserva

Resposta aos itens (a), (b), (c) e (d): Não aplicável

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

- a) Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar
- b) Informar a natureza dos lucros não realizados que deram origem à reserva

Resposta aos itens (a) e (b): Não aplicável

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

- a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva
- b) Identificar o montante destinado à reserva
- c) Descrever como o montante foi calculado

Resposta aos itens (a), (b) e (c): Não aplicável

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

- a) Identificar o montante da retenção:

O montante da retenção de lucros proposto para deliberação dos acionistas é de R\$ 79.393.767,08 (setenta e nove milhões, trezentos e noventa e três mil, setecentos e sessenta e sete reais e oito centavos).

- b) Fornecer cópia do orçamento de capital:

Investimentos	R\$
Sistema Operativo de Água	154.477.092,11
Sistema Operativo de Esgoto	153.470.301,13
Outros	57.100.478,59
Total	365.047.871,83

Recursos	R\$
Próprios	91.353.247,86
Terceiros	273.694.623,96
Total	365.047.871,83

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a) Informar o montante destinado à reserva:

R\$ 11.394.833,90 (onze milhões, trezentos e noventa e quatro mil, oitocentos e trinta e três reais e noventa centavos).

b) Explicar a natureza da destinação:

Subvenções oriundas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Consórcio Piracicaba, Capivari e Jundiaí (PCJ), Recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO), Programa Estadual de Apoio à Recuperação de Águas (REÁGUA), Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e Unicamp que foram reconhecidas no resultado do exercício de 2019, nos termos do pronunciamento técnico CPC 07 (R1) – Subvenção e Assistências Governamentais, ratificado pela Deliberação CVM nº 646/10.

ANEXO II
Remuneração dos Administradores
(Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09)

13.1 Descrição da política ou prática de remuneração:

a) objetivos da política ou prática de remuneração:

Os objetivos e práticas de remuneração visam reconhecer e remunerar os administradores da Companhia considerando a responsabilidade, o tempo dedicado à função, a competência e reputação profissional.

A política de Remuneração dos Administradores, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria Estatutário e Comitê de Elegibilidade Estatutário da Sanasa atende aos requisitos da Lei nº 6.404/1976 e 13.303/2016, bem como as normas gerais emitidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

A política de Remuneração foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada na data de 18/12/2018, e está disponível no seguinte endereço: <http://www.sanasa.com.br/document/docsanasa/9117.pdf>.

A remuneração global anual dos Administradores, membros do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário são deliberadas através de Assembleia Geral Ordinária.

b) composição da remuneração, indicando:

- i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles**
- ii. em relação aos três últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total**
- iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração**
- iv. razões que justificam a composição da remuneração**
- v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato.**

Conselhos de Administração e Fiscal:

No que se refere à remuneração dos Conselheiros Fiscais, a Lei das Sociedades por Ações estabelece a remuneração mínima a ser paga aos membros do Conselho Fiscal, que não poderá ser inferior a 10% da que, em média, for atribuída a cada Diretor, conforme abaixo:

*“Art. 162 - § 3º A **remuneração dos membros do conselho fiscal**, além do reembolso, obrigatório, das despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função, será fixada pela assembleia geral que os eleger, e **não poderá ser inferior**, para cada membro em exercício, **a dez por cento da que, em média, for atribuída a cada diretor**, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.”*

A Política de Remuneração da Companhia estabelece o seguinte sobre a remuneração dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal:

6.1 - A **remuneração** mensal devida aos membros do **Conselho de Administração** será de 25% (vinte e cinco por cento) da remuneração mensal média dos Diretores da Companhia.

7.1 - A **remuneração** mensal devida aos membros do **Conselho Fiscal** será de 25% (vinte e cinco por cento) da remuneração mensal média dos Diretores da Companhia.

A tabela abaixo demonstra as proporções de cada elemento na remuneração total dos membros do Conselho de Administração em relação aos três últimos exercícios (2019, 2018 e 2017):

Componente da Remuneração	Participação % 2019	Participação % 2018	Participação % 2017
Salário ou pró-labore	83,33%	83,33%	83,33%
Benefícios Direto e Indireto	0,00%	0,00%	0,00%
Outros (Encargos)	16,67%	16,67%	16,67%

A tabela abaixo demonstra as proporções de cada elemento na remuneração total dos membros do Conselho Fiscal em relação aos três últimos exercícios sociais (2019, 2018 e 2017):

Componente da Remuneração	Participação % 2019	Participação % 2018	Participação % 2017
Salário ou pró-labore	83,33%	83,33%	83,33%
Benefícios Direto e Indireto	0,00%	0,00%	0,00%
Outros (Encargos)	16,67%	16,67%	16,67%

Diretoria:

A remuneração dos diretores refere-se a uma parcela fixa mensal, acrescida de verba de representação e demais vantagens, reajustada anualmente de acordo com o índice utilizado para reajustar a folha de pagamento dos funcionários. A remuneração fixa contratada tem o objetivo de remunerar os serviços dos diretores estatutários dentro do escopo de responsabilidade atribuído a cada um na gestão da Companhia. Os Diretores têm direito aos seguintes benefícios: vale refeição, cartão alimentação, assistência médica, participação nos lucros e resultados, prêmio incentivo, cesta de natal, previdência privada e FGTS. Com isso, a Companhia estende similarmente à Diretoria os benefícios concedidos aos empregados. A tabela abaixo demonstra as proporções de cada elemento na remuneração total em relação aos três últimos exercícios sociais (2019, 2018 e 2017):

Componente da Remuneração	Participação % 2019	Participação % 2018	Participação % 2017
Salário ou pró-labore	76,96%	76,38%	75,80%
Benefícios Direto e Indireto	3,89%	4,57%	4,69%
Outros (Encargos)	19,15%	19,05%	19,51%

A Companhia não possui membros não remunerados nos Conselhos de Administração, Fiscal e Diretoria Executiva.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

A companhia não remunera seus diretores considerando indicadores de desempenho. A remuneração dos diretores refere-se a uma parcela fixa mensal, reajustada anualmente de acordo com o índice utilizado para reajustar a folha de pagamento dos funcionários.

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

A companhia não remunera seus diretores considerando indicadores de desempenho. A remuneração dos diretores refere-se a uma parcela fixa mensal, reajustada anualmente de acordo com o índice utilizado para reajustar a folha de pagamento dos funcionários.

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo:

A Companhia assegura uma remuneração sustentável, sem comprometimento de quaisquer outros investimentos.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

A remuneração dos diretores refere-se a uma parcela fixa mensal, reajustada anualmente de acordo com o índice utilizado para reajustar a folha de pagamento dos funcionários, e não é suportada pelos controladores diretos.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor:

A companhia não vincula a remuneração de seus diretores considerando ocorrência de eventos societários

h) Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria.

A remuneração dos administradores, membros do conselho fiscal e do comitê de auditoria estatutário é fixada, anualmente, em Assembleia Geral, conforme determinado pelo estatuto social.

13.2 Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal:

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente (2020):

Descrição	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria Estatutário	Diretoria	Total
Remuneração Fixa:	1.354.612,26	580.548,11	580.548,11	4.626.115,21	7.141.823,69
• Salário ou pró-labore	1.128.843,72	483.790,16	0,00	3.426.536,11	5.039.169,99
• Benefícios Direto e Indireto	0,00	0,00	0,00	240.313,79	240.313,79
• Participações em comitês	0	0	483.790,16	0	483.790,16
• Outros (Encargos)	225.768,54	96.757,95	96.757,95	959.265,31	1.378.549,74
Remuneração Variável:	0	0	0	0	0
• Bônus	0	0	0	0	0
• Participações de resultados	0	0	0	0	0
• Participações em reuniões	0	0	0	0	0
• Comissões	0	0	0	0	0
• Outros	0	0	0	0	0
Benefícios Pós Emprego	0	0	0	0	0
Cessação do Cargo	0	0	0	0	0
Remuneração Baseada em A�o	0	0	0	0	0
Total da Remuneração	1.354.612,26	580.548,11	580.548,11	4.626.115,21	7.141.823,69
Número de Membros	7	3	3	5	18
Número de Membros Remunerados	7	3	3	5	18

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2019:

Descrição	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria	Total
Remuneração Fixa:	676.159,40	289.782,60	4.202.229,72	5.168.171,72
• Salário ou pró-labore	563.466,40	241.485,60	3.172.672,85	3.977.624,85
• Benefícios Direto e Indireto	0,00	0,00	201.168,67	201.168,67
• Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
• Outros (Encargos)	112.693,00	48.297,00	828.388,20	989.378,20
Remuneração Variável:	0	0	0	0
• Bônus	0	0	0	0
• Participações de resultados	0	0	0	0
• Participações em reuniões	0	0	0	0
• Comissões	0	0	0	0
• Outros	0	0	0	0
Benefícios Pós Emprego	0	0	0	0
Cessação do Cargo	0	0	0	0
Remuneração Baseada em Ação	0	0	0	0
Total da Remuneração	676.159,40	289.782,60	4.202.229,72	5.168.171,72
Número de Membros	7	3	5	15
Número de Membros Remunerados	7	3	5	15

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2018:

Descrição	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria	Total
Remuneração Fixa:	426.696,93	185.095,23	3.953.630,10	4.565.422,26
• Salário ou pró-labore	355.580,90	154.246,08	3.019.767,39	3.529.594,37
• Benefícios Direto e Indireto	0	0	180.684,13	180.684,13
• Participações em comitês	0	0	0	0
• Outros (Encargos)	71.116,03	30.849,15	753.178,58	855.143,76
Remuneração Variável:	0	0	0	0
• Bônus	0	0	0	0
• Participações de resultados	0	0	0	0
• Participações em reuniões	0	0	0	0
• Comissões	0	0	0	0
• Outros	0	0	0	0
Benefícios Pós Emprego	0	0	0	0
Cessação do Cargo	0	0	0	0
Remuneração Baseada em Ação	0	0	0	0
Total da Remuneração	426.696,93	185.095,23	3.953.630,10	4.565.422,26
Número de Membros	7	3	5	15
Número de Membros Remunerados	7	3	5	15

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2017:

Descrição	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria	Total
Remuneração Fixa Anual:	413.923,84	174.674,66	3.940.259,68	4.528.858,18
• Salário ou pró-labore	344.936,44	145.562,18	2.986.831,62	3.477.330,24
• Benefícios Diretos e Indiretos	-	-	184.755,23	184.755,23
• Participações em comitês	-	-	-	-
• Outros (Encargos)	68.987,40	29.112,48	768.672,83	866.772,71
Remuneração Variável:	-	-	-	-
• Bônus	-	-	-	-
• Participação nos resultados	-	-	-	-
• Participação em reuniões	-	-	-	-
• Comissões	-	-	-	-
• Outros	-	-	-	-
Benefícios Pós Emprego	-	-	-	-
Cessação do Exercício do Cargo	-	-	-	-
Remuneração Baseada em Ação	-	-	-	-
Total da Remuneração	413.923,84	174.674,66	3.940.259,68	4.528.858,18
Número Total de Membros	7	3	5	15
Número de Membros Remunerados	7	3	5	15

13.3 Remuneração variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal:

Não aplicável, pois o conselho de administração, a diretoria estatutária e o conselho fiscal recebem apenas remuneração fixa.

13.4 Plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária:

Não existe plano de remuneração baseado em ações para o Conselho de Administração e Diretoria Estatutária.

13.5 Remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária:

Não existe remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária.

13.6 Informações sobre as opções em aberto detidas pelo Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária:

Não existem opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária.

13.7 Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária:

Não existem opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária.

13.8 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7.

Conforme já mencionado, a Companhia não possui remuneração baseada em ações para

o conselho de administração e diretoria estatutária, não possui opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária e, também, não existem opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações para o conselho de administração e diretoria estatutária.

13.9 Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais – por órgão:

Grupo	Número de Ações	%
Prefeitura Municipal de Campinas (PMC)	453.147.454	99,991653078%
COHAB	7.564	0,001669075%
EMDEC	7.564	0,001669075%
SETEC	7.564	0,001669075%
Lauro Péricles Gonçalves	7.564	0,001669075%
Ozair Rizzo	7.564	0,001669075%
Pedro Benedito Maciel Neto	1	0,000000221%
Arly de Lara Romêo	1	0,000000221%
Pedro Cláudio da Silva	1	0,000000221%
José Roberto Sundfeld	1	0,000000221%
Valdemir Moreira dos Reis Júnior	1	0,000000221%
Celso Lapa Vettori	1	0,000000221%
Renato Pessanha Santos	1	0,000000221%
Total	453.185.281	100,000000000%

13.10 Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários:

- a) Órgão:
- b) Número de membros:
- c) Número de membros remunerados:

Órgão	Número de Membros	Número de Membros Remunerados
Conselho de Administração	Não praticado	Não praticado
Conselho Fiscal	Não praticado	Não praticado
Diretoria	4	4

d) Nome do plano:

Plano Misto SANASA, administrado pela Fundação Petrobrás de Seguridade Social (Petros).

e) Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar:

Tendo em vista que os membros da Diretoria Executiva da SANASA podem ser destituídos do cargo a qualquer momento por decisão do Conselho de Administração, a mensuração do quantitativo ou das condições de aposentadoria fica impossibilitada.

f) Condições para se aposentar antecipadamente:

Tendo em vista que os membros da Diretoria Executiva da SANASA podem ser destituídos do cargo a qualquer momento por decisão do Conselho de Administração, a mensuração do quantitativo ou das condições de aposentadoria fica impossibilitada.

g) Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores:

Órgão	R\$
Conselho de Administração	-
Conselho Fiscal	-
Diretoria	1.007.904,75

h) Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores:

Órgão	R\$
Conselho de Administração	-
Conselho Fiscal	-
Diretoria	91.008,43

i) Se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições:

De acordo com o artigo 19 do Regulamento do Plano Misto, no caso de cancelamento

de inscrição, decorrente da cessação do vínculo empregatício com a SANASA, será assegurado ao ex-Participante o direito ao Resgate. O Resgate não será permitido caso o Participante já tenha preenchido todas as condições previstas neste Regulamento para recebimento da Renda de Aposentadoria Antecipada. Caso o ex-Participante vier a falecer sem ter recebido o valor do Resgate, tal direito será transferido aos herdeiros ou legatários.

O valor do Resgate corresponderá a 100% (cem por cento) do saldo das seguintes contas:

- Conta Contribuições Ordinárias Benefícios Programáveis;
- Conta Contribuições Opcionais;
- Subconta Individual Serviço Passado Participante;

O Resgate será pago em cota única ou, por opção única e exclusiva do Participante, em até 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas, atualizadas mensalmente pelo índice correspondente à rentabilidade líquida obtida com a aplicação desses recursos.

13.11 Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal para os últimos 3 exercícios sociais:

A remuneração individual inclui a remuneração base (honorários ou pró-labore), encargos e benefícios.

2019			
Descrição	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria
Número de Membros	7	3	5
Número de Membros Remunerados	7	3	5
Valor da Maior Remuneração Individual (em R\$)	96.594,20	96.594,20	987.927,33
Valor da Menor Remuneração Individual (em R\$)	96.594,20	96.594,20	804.774,09
Valor Médio da Remuneração Individual (em R\$)	96.594,20	96.594,20	875.866,15

Obs.: Durante o ano de 2019, os valores da menor, maior e médio, relativos a remunerações anuais individuais foram apurados com a exclusão de membros dos respectivos órgãos que exerceram o cargo durante o exercício por período inferior a 12 (doze) meses.

2018			
Descrição	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria
Número de Membros	7	3	5
Número de Membros Remunerados	7	3	5
Valor da Maior Remuneração Individual (em R\$)	61.698,41	61.698,41	944.970,30
Valor da Menor Remuneração Individual (em R\$)	61.698,41	61.698,41	765.974,24
Valor Médio da Remuneração Individual (em R\$)	61.698,41	61.698,41	846.920,03

Obs.: Durante o ano de 2018, os valores das menores e médios de remunerações anuais individuais foram apurados com a exclusão de membros dos respectivos órgãos que exerceram o cargo durante o exercício por período inferior a 12 (doze) meses.

2017			
Descrição	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria
Número de Membros	7	3	5
Número de Membros Remunerados	7	3	5
Valor da Maior Remuneração Individual (em R\$)	59.852,08	64.733,66	907.773,58
Valor da Menor Remuneração Individual (em R\$)	54.811,36	59.852,08	677.538,45
Valor Médio da Remuneração Individual (em R\$)	59.131,98	61.479,27	779.420,64

Obs.: Durante o ano de 2017, os valores das menores e médios de remunerações anuais individuais foram apurados com a exclusão de membros dos respectivos órgãos que exerceram o cargo durante o exercício por período inferior a 12 (doze) meses.

13.12 Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria:

Não são previstos estes tipos de mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, em relação aos três últimos exercícios sociais:

Órgão	2019	2018	2017
Conselho de Administração	69,43%	71,08%	71,08%
Conselho Fiscal	100,00%	100,00%	100,00%
Diretoria	55,05%	54,12%	55,91%

13.14 Remuneração de administradores e membros do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam:

Não houve pagamento de remuneração para membros do Conselho de Administração, da Diretoria ou do Conselho Fiscal por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 Remuneração de administradores e membros do Conselho Fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor:

Não existe remuneração de administradores e membros do Conselho Fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor.

13.16 Outras informações relevantes:

Não existem outras informações relevantes sobre este item "13".

ANEXO III
Aumento de Capital
(Anexo 14 da Instrução CVM nº 481/09)

1. Informar o valor do aumento e do novo capital social

Descrição	R\$
Capital Social desde 26/04/2019	453.185.281,00
(+) Reserva Legal 5% (artigo 193 da Lei nº 6.404/76)	8.389.496,96
(+) Reserva de Correção Especial do Ativo Imobilizado (Lei nº 8.200/91)	1.417.916,06
(+) Reserva de Lucros Retidos para Investimentos	79.393.767,08
(+) Reserva de Incentivos Governamentais	11.394.833,90
(=) Nova expressão do Capital Social Integralizado, a ser deliberada na AGO/E dos acionistas	553.781.295,00

Valor Total da Proposta de Aumento de Capital: R\$ 100.596.014,00 (cem milhões, quinhentos e noventa e seis mil e quatorze reais).

2. Informar se o aumento será realizado mediante: (a) conversão de debêntures ou outros títulos de dívidas em ações; (b) exercício de direito de subscrição ou de bônus de subscrição; (c) capitalização de lucros ou reservas; ou (d) subscrição de novas ações:

O aumento de capital será realizado mediante a capitalização de reservas de lucros e reservas de capital.

3. Explicar, pormenorizadamente, as razões do aumento e suas consequências jurídicas e econômicas

A proposta de aumento de capital da Companhia não implica em novas emissões de ações, mas capitalização de reservas. O aumento proveniente da capitalização das reservas não traz nenhuma consequência econômica, por tratar-se de transferência de recursos dentro do próprio patrimônio líquido.

4. Fornecer cópia do parecer do conselho fiscal, se aplicável

O Parecer do Conselho Fiscal foi publicado juntamente com as Demonstrações Financeiras no jornal Correio Popular de Campinas e Diário Oficial do Estado de São Paulo em 28/03/2020. Também está disponível para consulta nos seguintes endereços:

<http://www.sanasa.com.br/conteudo/investidores.aspx?f=V>

Segue abaixo a íntegra do Parecer do Conselho Fiscal:

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A (SANASA), em cumprimento às atribuições legais e estatutárias, procederam aos exames do Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e Notas Explicativas. Com base nos exames efetuados e considerando as informações prestadas pela Administração, assim como o Relatório, sem ressalvas, da Taticca Auditores Independentes S.S., de 13 de março de 2020, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das Demonstrações Financeiras da SANASA, do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a serem apreciadas pela Assembleia Geral de Acionistas.

Campinas, 18 de março de 2020.

**LUIS AUGUSTO MICHELIM DA SILVA
MICHEL ABRÃO FERREIRA
REINALDO CAMPANHOLI**

5. Em caso de aumento de capital mediante subscrição de ações (...)

Não aplicável, pois não houve aumento de capital mediante subscrição de ações.

6. Em caso de aumento de capital mediante capitalização de lucros ou reservas

a) Informar se implicará alteração do valor nominal das ações, caso existente, ou

distribuição de novas ações entre os acionistas

Não haverá alteração do valor nominal das ações que será mantido em R\$ 1,00 (um real) por ação. Os acionistas receberão uma bonificação total de 100.596.014 (cem milhões, quinhentas e noventa e seis mil e quatorze) novas ações ordinárias e nominativas.

b) Informar se a capitalização de lucros ou reservas será efetivada com ou sem modificação do número de ações, nas companhias com ações sem valor nominal

Não aplicável, pois as ações possuem valor nominal de R\$ 1,00 por ação.

c) Em caso de distribuição de novas ações**i. Informar o número de ações emitidas de cada espécie e classe**

100.596.014 ações ordinárias

ii. Informar o percentual que os acionistas receberão em ações

Acionista	Quantidade de ações *	Participação %
Prefeitura Municipal de Campinas (PMC)	100.587.619	99,99165%
COHAB	1.679	0,00167%
EMDEC	1.679	0,00167%
SETEC	1.679	0,00167%
Lauro Péricles Gonçalves	1.679	0,00167%
Ozair Rizzo	1.679	0,00167%
Pedro Benedito Maciel Neto	0	0,00000%
Arly de Lara Romêo	0	0,00000%
Pedro Cláudio da Silva	0	0,00000%
José Roberto Sundfeld	0	0,00000%
Valdemir Moreira dos Reis Júnior	0	0,00000%
Celso Lapa Vettori	0	0,00000%
Renato Pessanha Santos	0	0,00000%
Total	100.596.014	100,00000%

* Quantidade de ações recebidas em bonificação

iii. Descrever os direitos, vantagens e restrições atribuídos às ações a serem emitidas

Os acionistas permanecem com os mesmos direitos, vantagens e restrições que possuíam anteriormente ao recebimento das novas ações.

iv. Informar o custo de aquisição, em reais por ação, a ser atribuído para que os acionistas possam atender ao art. 10 da Lei 9.249, de 26 de dezembro de 1995

Não aplicável.

v. Informar o tratamento das frações, se for o caso

Não aplicável.

d) Informar o prazo previsto no § 3º do art. 169 da Lei 6.404, de 1976:

Não aplicável.

e) Informar e fornecer as informações e documentos previstos no item 5 acima, quando cabível

Não aplicável.

7. Em caso de aumento de capital por conversão de debêntures ou outros títulos de dívida em ações ou por exercício de bônus de subscrição

Não aplicável.

ANEXO IV

Comentário dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia, em cumprimento ao art. 9º da Instrução CVM nº 481/09 (Item 10 do Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09)

10.1 Condições Financeiras e Patrimoniais

No ano de 2019 a economia brasileira apresentou desempenho pouco expressivo, com expansão de 1,1% do PIB (Produto Interno Bruto) em relação ao ano anterior. Mesmo diante deste cenário, a Companhia deu sequência a resultados positivos alcançados nos últimos anos, afirmando seu equilíbrio econômico-financeiro. A Companhia obteve uma *performance* positiva nos seus indicadores financeiros, a receita líquida aumentou 5,66% em comparação a 2018, o lucro líquido avançou 10,24%, enquanto a margem líquida atingiu 18,47% e a margem EBITDA alcançou o índice de 33,30%. Diante destes resultados, os indicadores de rentabilidade apresentaram resultados positivos, como o retorno sobre o patrimônio líquido, que chegou a 35,40% em 2019.

A busca da SANASA pela universalização do saneamento no município de Campinas foi marcada pela melhoria e ampliação dos serviços, crescimento da população atendida, aumento da rede de abastecimento de água e da coleta de esgoto com investimentos de mais de R\$ 109 milhões em 2019. Foram cerca de 6 mil novos acessos aos serviços de fornecimento de água tratada e mais de 5 mil aos serviços de coleta e afastamento de esgoto. Entre 2013 e 2019 foram investidos mais de R\$ 677 milhões em saneamento no Município de Campinas, sendo a maior parte desse valor aplicado no sistema de esgotamento sanitário. Merece destaque a assinatura do contrato nº 520.217-27, em 2019, no valor de R\$ 283 milhões, para substituição de redes de água de cimento amianto, que possibilitará a readequação de cerca de 424 km de redes e 35.730 ligações de água.

O quadro a seguir demonstra os principais indicadores do triênio 2017-2019:

Indicadores	Em 31/12/2019	Em 31/12/2018	Em 31/12/2017
1 – Lucro/Prejuízo Líquido em R\$ mil	179.185	162.533	119.176
2 – Receita Líquida em R\$ mil	970.090	918.125	846.136
3 – EBITDA em R\$ mil	323.052	286.600	234.922
4 – Índice Perdas de Faturamento	13,20%	12,95%	11,17%
5 – Índice Perdas na Distribuição	20,70%	20,79%	21,06%

Indicadores	Em 31/12/2019	Em 31/12/2018	Em 31/12/2017
6 – Número de Ligações de Água	355.907	349.693	343.168
7 – Número de Ligações de Esgoto	331.278	325.966	317.290
8 – Volume Faturado de Água (em mil m ³)	84.729	83.520	83.450
9 – Volume Faturado de Esgoto (em mil m ³)	74.453	73.210	72.961
10 – Reajuste Tarifário	2,54% para as tarifas de água e esgoto e para os demais serviços	4,52% para as tarifas de água e esgoto e 4,56% para os demais serviços	6,61% para as tarifas de água e esgoto e 2,80% para os demais serviços

Abaixo são apresentadas as análises vertical (A.V.%) e horizontal (A.H.%) da Demonstração de Resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017:

Demonstração do Resultado	Em 31/12/2019 (em R\$ mil)	A.V.%	Em 31/12/2018 (em R\$ mil)	A.V.%	Em 31/12/2017 (em R\$ mil)	A.V.%
Receita Líquida	970.090	100,00%	918.125	100,00%	846.136	100,00%
(–) Custos Serv. Vendidos	-488.187	-50,32%	-459.586	-50,1%	-455.724	-53,9%
Lucro Bruto	481.903	49,68%	458.539	49,9%	390.411	46,1%
(–) Desp. Operacionais	-287.252	-29,61%	-282.675	-30,8%	-262.261	-31,0%
Comerciais	-79.776	-8,22%	-88.895	-9,7%	-73.484	-8,7%
Administrativas	-194.398	-20,04%	-173.566	-18,9%	-179.675	-21,2%
Resultado Financeiro	-52.529	-5,41%	-50.757	-5,5%	-49.567	-5,9%
Outras Receitas	39.451	4,07%	30.543	3,3%	40.465	4,8%
Resultado Antes IRPJ e CSLL	194.651	20,07%	175.864	19,2%	128.150	15,1%
(–) IRPJ e CSLL	-15.466	-1,59%	-13.331	-1,5%	-8.974	-1,1%
Resultado Líquido	179.185	18,47%	162.533	17,7%	119.176	14,1%

Demonstração do Resultado	Em 31/12/2019 (em R\$ mil)	A.H.%	Em 31/12/2018 (em R\$ mil)	A.H.%	Em 31/12/2017 (em R\$ mil)	A.H.%
Receita Líquida	970.090	5,66%	918.125	8,51%	846.136	10,35%
(-) Custos Serv. Vendidos	-488.187	6,22%	-459.586	0,85%	-455.725	9,53%
Lucro Bruto	481.903	5,10%	458.539	17,45%	390.411	11,33%
(-) Desp. Operacionais	-287.252	1,62%	-282.675	7,78%	-262.261	-4,11%
Comerciais	-79.776	-10,26%	-88.895	20,97%	-73.484	11,13%
Administrativas	-194.398	12,00%	-173.566	-3,40%	-179.675	-1,82%
Resultado Financeiro	-52.529	3,49%	-50.757	2,40%	-49.567	-5,33%
Outras Receitas	39.451	29,17%	30.543	-24,52%	40.465	44,60%
Resultado Antes IRPJ e CSLL	194.651	10,68%	175.864	37,23%	128.150	66,05%
(-) IRPJ e CSLL	-15.466	16,02%	-13.331	48,55%	-8.974	-646,33%
Resultado Líquido	179.185	10,24%	162.533	36,38%	119.176	51,21%

O EBITDA (*Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*), que representa a geração de caixa operacional, atingiu a importância de R\$ 323.052 mil em 2019, contra R\$ 286.600 mil no ano anterior, o que representa uma evolução de 12,72%. A margem EBITDA, que é calculada por meio da divisão do EBITDA pela Receita Líquida, atingiu 33,30% em 2019, ante 31,22% em 2018. Esse resultado positivo é decorrente do crescimento de 5,66% na receita operacional líquida, ao passo que os custos e despesas operacionais (sem o efeito das depreciações) tiveram um aumento de 2,46%. A adoção do CPC 06 (R2) - Arrendamentos, em 2019, trouxe impacto positivo para o EBITDA da Companhia na importância de R\$ 19.773 mil, uma vez que foram reconhecidas despesas de depreciação e juros para dezoito contratos de alugueis de veículos, máquinas operatrizes e equipamentos, em vez de despesas de locação.

Descrição	Em 31/12/2019	Em 31/12/2018	Em 31/12/2017
1 – Receita Líquida em R\$ mil	970.090	918.125	846.136
2 – EBITDA em R\$ mil	323.052	286.600	234.922
3 – Margem EBITDA em % (2 ÷ 1)	33,30%	31,22%	27,76%

A dívida líquida, que se refere ao total de empréstimos e financiamentos deduzido das disponibilidades, apresentou um acréscimo de 19,64%, passando de R\$ 363.274 mil em 2018, para R\$ 434.620 mil em 2019. Tal crescimento se deve principalmente pela adoção

do CPC 06 (R2) - Arrendamentos, em 2019, que impactou no reconhecimento de passivos de arrendamento de dezoito contratos de alugueis de veículos, máquinas operatrizes e equipamentos, no total de R\$ 63.658 mil. A razão entre a dívida financeira líquida e o EBITDA, que mede o índice de alavancagem, também foi ampliada de 1,27 vezes, em 2018, para 1,35 vezes em 2019.

Descrição	Em 31/12/2019	Em 31/12/2018	Em 31/12/2017
1 – Dívida Líquida em R\$ mil	434.620	363.274	388.168
2 – EBITDA em R\$ mil	323.052	286.600	234.922
3 – Dívida Líquida ÷ EBITDA (1 ÷ 2)	1,35	1,27	1,65

A partir da análise dos Indicadores de Estrutura de Capitais (quadro abaixo), observa-se que a Participação de Capitais de Terceiros passou de 232,06% em 2017 para 189,26% em 2018, reduzindo para 165,01% em 2019. A composição do endividamento, que mede o percentual de obrigações de curto prazo em relação às obrigações totais, foi de 27,50% em 2019.

Indicadores	Em 31/12/2019	Em 31/12/2018	Em 31/12/2017
1 – Passivo Circulante em R\$ mil	252.209	249.579	206.431
2 – Passivo Não Circulante em R\$ mil	664.843	614.565	661.617
3 – Patrimônio Líquido em R\$ mil	555.762	456.584	374.057
4 – Investimentos, Imobilizado e Intangível em R\$ mil	1.088.684	988.398	956.242
5 – Participação de Capitais de Terceiros [(1 + 2) ÷ 3] × 100	165,01%	189,26%	232,06%
6 – Composição do Endividamento [(1 ÷ (1 + 2))] × 100	27,50%	28,88%	23,78%
7 – Imobilização de Capital (4 ÷ 3) × 100	195,89%	216,48%	255,64%
8 – Imobilização dos Recursos Não Correntes [4 ÷ (2 + 3)] × 100	89,19%	92,27%	92,33%

A métrica “Dívida Líquida sobre Patrimônio Líquido” apresenta resultados satisfatórios, especialmente se considerarmos que cerca de 86,88% da dívida bruta concentra-se no longo prazo (88,49% em 2017, 83,08% em 2018), conforme evidenciado no quadro a seguir:

Descrição	Em 31/12/2019 (em R\$ mil)	Em 31/12/2018 (em R\$ mil)	Em 31/12/2017 (em R\$ mil)
1 – Endividamento Curto Prazo	63.198	70.870	49.053
(+) Empréstimos/Financiamentos	42.043	68.471	46.911
(+) Arrendamento Mercantil	21.155	2.399	2.142
2 – Endividamento Longo Prazo	418.559	347.899	377.210
(+) Empréstimos/Financiamentos	342.085	302.702	329.613
(+) Arrendamento Mercantil	76.474	45.198	47.597
3 – Dívida Bruta (1 + 2)	481.757	418.770	426.263
4 – Caixa e Aplicações Financeiras	47.137	55.495	38.095
(+) Disponibilidades	47.137	55.495	38.095
5 – Dívida Líquida (3 – 4)	434.620	363.274	388.168
6 – Patrimônio Líquido	555.762	456.584	374.057
7 – Dívida Líquida ÷ Patrimônio Líquido (5 ÷ 6)	0,78	0,80	1,04

Para financiar o plano de investimentos, a SANASA tem recebido recursos estaduais e federais específicos para água e saneamento. Também obteve, junto às instituições financeiras oficiais, empréstimos e financiamentos, para a realização de obras de ampliação e melhoria nos sistemas de água e esgoto.

A Companhia firmou os seguintes contratos de financiamento com a CAIXA, com recursos do FGTS repassados ao Programa Saneamento Para Todos: a) Contrato nº 410.018-73, para melhoria e ampliação do sistema de abastecimento de água para atender uma população estimada de 234.043 habitantes, firmado em 31 de dezembro de 2013, no montante de R\$ 71.947, sendo que já foi desembolsado, até 31 de dezembro de 2019, a soma de R\$ 69.230, b) Contrato nº 423.127-67, para ampliação do sistema de esgotamento sanitário nos Bairros Cidade Satélite Iris II e III, Solar de Campinas, e Parque Pomares, que atenderá 7.484 habitantes, firmado em 09 de maio de 2014, no montante de R\$ 17.083, sendo que já foi desembolsado, até 31 de dezembro de 2019, o total de R\$ 11.516 e c) Contrato nº 423.126-53, para ampliação do sistema de esgotamento sanitário Boa Vista para atender 55.134 habitantes, firmado em 09 de maio de 2014, no montante de R\$ 45.998, sendo que já foi desembolsado, até 31 de dezembro de 2019, a soma de R\$ 28.132.

Em 26 de setembro de 2017, a Companhia firmou dois novos contratos junto à CAIXA, também com recursos do FGTS – Programa Saneamento para Todos, sendo: a) Contrato nº 441.917-02, para obras de melhoria e ampliação do sistema de abastecimento de água

em diversos bairros do município de Campinas, para atender uma população estimada de 771.607 habitantes, no montante de R\$ 141.752, sendo R\$ 127.577 de financiamento e R\$ 14.175 de contrapartida. Para esta obra já foi desembolsado R\$ 3.337, até 31 de dezembro de 2019; b) Contrato nº 441.921-63, para obras de ampliação do sistema de esgotamento sanitário no município de Campinas, para atender uma população estimada de 26.756 habitantes, no montante de R\$ 273.419, sendo R\$ 259.748 de financiamento e R\$ 13.671 de contrapartida. Até 31 de dezembro de 2019, já foi desembolsado R\$ 12.804.

As liberações de FINAME são destinadas a aquisições de hidrômetros (garantindo a qualidade da leitura do consumo de água), máquinas, equipamentos, caminhões e máquinas pesadas (retroescavadeiras). Em 18 de outubro de 2019 foi registrado a amortização final do último contrato FINAME.

Os empréstimos bancários firmados pela Companhia estão garantidos por faturamentos de contas d'água e esgoto ou por bloqueio e transferência de saldo bancário até a data do vencimento do compromisso.

Em 28 de maio de 2015, o conselho de Administração da Companhia aprovou consulta ao mercado sobre a operação de alongamento de endividamento bancário através do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC), nos termos da Instrução CVM nº 356/2001, com o objetivo de equacionar seu fluxo de caixa e criar condições para a realização dos investimentos necessários à universalização do saneamento da cidade de Campinas, ampliação da capacidade de reservação de água tratada e redução de perdas físicas de abastecimento.

Essa operação possui os seguintes (*covenants*):

- I. Razão entre Dívida Financeira Líquida e o EBITDA, menor ou igual a 5 (cinco), a ser verificado trimestralmente, com base nas demonstrações financeiras anuais e nas informações trimestrais; e
- II. Índice de Cobertura, que representa, no mínimo, 3,5 (três inteiros e cinco décimos) vezes a Quantidade Mínima Mensal, quantidade esta que deverá transitar mensalmente pela Conta Vinculada durante o Prazo de Duração do Fundo, apurado mensalmente pela Administradora por meio da verificação do Relatório de Arrecadação e do cálculo da Quantidade Mínima Mensal, verificado pela Administradora, observado o disposto no Contrato de Cessão.

Em 31 de dezembro de 2019, a posição dos empréstimos e financiamentos da SANASA era a seguinte:

Financiamentos	Venc. Final	Encargos	Em R\$ mil
CAIXA - Pro-saneamento	2022	Varição da UPR mais 6,5% a.a., mais taxa de risco de 1,5% a.a. e taxa de administração 2% a.a.	9.105
CAIXA - Saneamento para todos	2041	Varição da UPR mais 6% a.a. mais taxa de risco de 0,5% a 0,7% a.a. e taxa de administração 2% a.a.	120.206
Total Financiamento			129.311

Empréstimos	Venc. Final	Encargos	Em R\$ mil
Banco Sofisa	2022	Varição da CDI mais 0,55% a 0,85% a.m. ou 6,80% a 10,69% a.a.	28.200
Banco Santander	2022	Varição da TJLP mais 1,20% a.m. ou 15,39% a.a. e juros fixos 0,994% a.m. ou 12,60% a.a.	92.864
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	2024	Varição do IPCA mais 0,87% a.m. ou 11,00% a.a.	141.145
Total de Empréstimos			262.209
Encargos antecipados			-7.392
Total de Empréstimos			254.817

Arrendamentos Financeiros	Venc. Final	Encargos	Em R\$ mil
Odebrecht Ambiental Capivari S/A	2029	Atualização monetária pela variação ponderada do IGPM e TR, conforme contrato mais juros de 0,95% a.m.	45.198
Direito de uso veículos	2024	10,26% a.a. e 10,79% a.a.	51.212
Direito de uso Máquinas Operatrizes	2024	10,04% a.a., 10,79% a.a. e 10,84% a.a.	8.120
Direito de uso Máquinas e Equipamentos	2024	10,70% a.a. e 10,79% a.a.	2.421
Total de Arrendamentos Financeiros			106.951
Encargos antecipados			-9.322
Total de Arrendamentos Financeiros			97.629

Saldo com Financiamentos, Fime, Empréstimos, e Arrendamentos Financeiros			481.757
---	--	--	----------------

10.2 Resultado Operacional e Financeiro

A receita operacional líquida apresentou um crescimento de 5,66%, quando comparada ao ano de 2018, influenciada, principalmente, pelos seguintes fatores: reajuste tarifário de 4,52% para as tarifas de água e esgoto e de 4,56% para os demais serviços, com vigência a partir de 05/02/2019, conforme Resolução ARES-PCJ nº 266/2018; e ampliação do número de clientes, sendo 6.214 novos acessos ao serviço de fornecimento de água tratada e 5.312 aos serviços de coleta e afastamento de esgoto sanitário.

O EBITDA (*Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*), que representa a geração de caixa operacional, atingiu a importância de R\$ 323.052 mil em 2019, contra R\$ 286.600 mil no ano anterior, o que representa uma evolução de 12,72%. A margem EBITDA, que é calculada por meio da divisão do EBITDA pela Receita Líquida, atingiu 33,30% em 2019, ante 31,22% em 2018. Esse resultado positivo é decorrente do crescimento de 5,66% na receita operacional líquida, ao passo que os custos e despesas operacionais (sem o efeito das depreciações) tiveram um aumento de 2,46%. A adoção do CPC 06 (R2) - Arrendamentos, em 2019, trouxe impacto positivo para o EBITDA da Companhia na importância de R\$ 19.773 mil, uma vez que foram reconhecidas despesas de depreciação e juros para dezoito contratos de alugueis de veículos, máquinas operatrizes e equipamentos, em vez de despesas de locação.

A SANASA registrou crescimento de 10,24% no lucro líquido, que foi de R\$ 179.185 mil em 2019 (R\$ 162.534 mil em 2018), influenciado positivamente pelo aumento da receita e pela gestão de custos e despesas. A margem líquida, calculada por meio da divisão do resultado líquido pela receita operacional líquida, foi de 18,47%, ante uma margem líquida de 17,70% apurada no ano de 2018.

Em 2019, a composição do endividamento, que evidencia o percentual de obrigações de curto prazo em relação às obrigações totais, foi de 27,50%, frente ao índice de 28,88% registrado no ano anterior.

A rentabilidade sobre o patrimônio líquido foi de 35,40%, ante uma rentabilidade de 39,13% obtida no ano anterior.

A dívida líquida, que se refere ao total de empréstimos e financiamentos deduzido das disponibilidades, apresentou um acréscimo de 19,64%, passando de R\$ 363.274 mil em 2018, para R\$ 434.620 mil em 2019. Tal crescimento se deve principalmente pela adoção

do CPC 06 (R2) - Arrendamentos, em 2019, que impactou no reconhecimento de passivos de arrendamento de dezoito contratos de alugueis de veículos, máquinas operatrizes e equipamentos, no total de R\$ 63.658 mil. A razão entre a dívida financeira líquida e o EBITDA, que mede o índice de alavancagem, também foi ampliada de 1,27 vezes, em 2018, para 1,35 vezes em 2019.

O índice de inadimplência total, que corresponde ao faturamento vencido e não arrecadado no período de um ano, atingiu 4,06% em 2019, inferior ao índice de 4,89% apurado em 2018.

Em 2019 a SANASA alcançou um volume faturado de água de 84.729 mil m³, 1,45% superior ao apurado no ano de 2018. O Índice de Perdas na Distribuição (IPD), que representa o percentual do volume de água tratado e não consumido, foi de 20,70% em 2019, bem abaixo da média de perdas das empresas de saneamento brasileiras (38,5%, segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS de 2018). Já o Índice de Perdas de Faturamento (IPF), que indica o percentual do volume de água tratado e não faturado, atingiu a marca de 13,20% em 2019, também inferior à média de perdas de 37,06% das empresas brasileiras, segundo o SNIS.

A Companhia não está sujeita a riscos cambiais, possuindo ativos e passivos expostos a oscilação de índices de inflação e taxas de juros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

10.3 Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

Não existem eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras.

10.4 Mudanças significativas nas práticas contábeis – Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados a partir 1º de janeiro de 2020. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: a) revisão do pronunciamento técnico CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro; b) definição de um negócio (alterações do CPC 15); e c) definição de materialidade (emendas ao CPC 26 e CPC 23).

10.5 Políticas Contábeis críticas

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Instrumentos financeiros

a.1) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

a.2) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo

por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

a.3) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes, outros créditos, partes relacionadas, entre outros.

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos, a partir da data da contratação. Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos como um componente das disponibilidades, para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 os instrumentos financeiros do grupo de “Empréstimos e Recebíveis”, abrangem principalmente contas a receber e partes relacionadas. Já o grupo de “Custo Amortizado”, abrange principalmente, fornecedores, empréstimos e financiamentos e partes relacionadas da Companhia.

a.4) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida, ou de realizar o ativo e quitar o passivo, simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos.

a.5) Capital Social

a.5.1) Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

b) Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 os instrumentos financeiros do grupo de “Empréstimos e Recebíveis”, abrangem principalmente contas a receber e partes relacionadas. Já o grupo de “Custo Amortizado”, abrange principalmente, fornecedores, empréstimos e financiamentos e partes relacionadas da Companhia. Para os instrumentos financeiros mensurados pelo “Valor justo por meio do Resultado” que abrangem caixa, equivalente de caixa e aplicações financeiras, a divulgação do valor justo está na nota explicativa nº 27.

c) Gerenciamento de risco financeiro

c.1) Risco de Crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes da Companhia.

c.2) Risco de Liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia poderá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações, associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na

administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

c.3) Risco Operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia, infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

c.4) Administração de Capital

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre risco, retorno e liquidez na gestão de capital de giro, cujas aplicações financeiras de curto prazo estão atreladas a depósitos bancários, fundos de renda fixa e fundos de investimentos.

d) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques.

e) Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessária.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais, máquinas, equipamentos, mão de obra direta e indireta.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

e.1) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

e.2) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão demonstradas no quadro abaixo:

Imobilizado	Vida Útil
Sistema Operativo de Esgoto	25 anos
Sistema Operativo de Água	50 anos
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros, Relacionado ao Sistema de Esgoto	25 anos
Edificações - Esgoto	25 anos
Edificações - Demais	50 anos
Instalações, Móveis e Utensílios	10 anos
Máquinas e Equipamentos	10 anos
Máquinas e Equipamentos – Direito de Uso	5 anos
Veículos	5 anos
Veículos – Direito de Uso	5 anos
Computadores e Periféricos	5 anos

Imobilizado	Vida Útil
Máquinas Operatrizes	10 anos
Máquinas Operatrizes – Direito de Uso	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

f) Ativo intangível

f.1) Ativos intangíveis com direitos de uso

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, representados por: **a)** Permissão de uso de solo e **b)** Direito de uso de *softwares*.

f.2) Amortização

A amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto ao custo, deduzido o valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data que estes estão disponíveis para uso.

g) Ativos arrendados

A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (valor abaixo de 5 mil dólares). Para esses arrendamentos, a Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa incremental no arrendamento.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento incluem:

- Pagamentos fixos de arrendamento (incluindo pagamentos em substância fixos), deduzidos de eventuais incentivos de arrendamentos a receber;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou uma taxa, inicialmente mensurados utilizando-se o índice ou a taxa na data de início;
- O valor estimado devido pelo arrendatário em garantias de valor residual;
- O preço de exercício das opções de compra do bem, se o arrendatário tiver certeza razoável do exercício das opções; e
- Pagamento de multas pelo término do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o exercício da opção para término do arrendamento.

O passivo de arrendamento é subsequentemente mensurado aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento (usando o método da taxa de juros efetiva) e reduzindo o valor contábil para refletir o pagamento de arrendamento realizado.

A Companhia remensura o passivo de arrendamento (e faz um ajuste correspondente ao respectivo ativo de direito de uso) sempre que:

- O prazo de arrendamento for alterado ou houver um evento ou uma mudança significativa nas circunstâncias que resulte em uma mudança na avaliação do exercício da opção de compra do bem, nesse caso, o passivo de arrendamento é remensurado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada.
- Os pagamentos de arrendamento são alterados devido a mudanças do índice ou na taxa ou uma mudança no pagamento esperado no valor residual garantido, sendo, nesse caso, o passivo de arrendamento remensurado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto não alterada (a menos que a mudança nos pagamentos de arrendamento resulte da mudança na taxa de juros variável, sendo, nesse caso, utilizada a taxa de desconto revisada).
- O contrato de arrendamento é modificado e a alteração no arrendamento não é contabilizada como um arrendamento separado, sendo, nesses casos, o passivo de arrendamento remensurável com base no prazo de arrendamento do arrendamento modificado descontando-se os pagamentos de arrendamentos revisados usando taxa de desconto revisada na data efetiva da modificação.

A Companhia não efetuou esses ajustes durante os períodos apresentados.

Os ativos de direito de uso incluem a mensuração inicial do passivo de arrendamento correspondente e os pagamentos de arrendamento correspondente e os pagamentos de arrendamento efetuados na ou antes da data de início, deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento recebidos e eventuais custos diretos iniciais. Esses ativos são subsequentemente mensurados deduzidos da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os ativos de direito de uso são depreciados durante o período de arrendamento de vida útil do correspondente ativo, qual for menor. A depreciação começa na data de início do arrendamento.

Impactos da adoção inicial nas demonstrações financeiras.

Os quadros abaixo demonstram os efeitos patrimoniais da adoção inicial:

ATIVO	Saldo Anterior 01/01/2019	Ajuste Adoção Inicial IFRS 16	Saldo após Adoção Inicial 01/01/2019
Circulante	238.301	-	238.301
Não Circulante	1.082.427	48.604	1.131.031
Realizável a Longo Prazo	94.029	-	94.029
Investimentos	244	-	244
Imobilizado	961.366	48.604	1.009.970
Imobilizado em Operação/Andamento	929.776	-	929.776
Direito de Uso em Arrendamento	31.590	48.604	80.194
Intangível	26.788	-	26.788
Total do Ativo	1.320.728	48.604	1.369.332

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Saldo Anterior 01/01/2019	Ajuste Adoção Inicial IFRS 16	Saldo após Adoção Inicial 01/01/2019
Circulante	249.579	13.241	262.820
Não Circulante	614.565	35.363	649.928
Patrimônio Líquido	456.584	-	456.584
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.320.728	48.604	1.369.332

A movimentação do direito de uso, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi a seguinte:

Descrição	R\$
Saldo Inicial Direito de Uso do Ativo	31.590
Adoção Inicial IFRS 16	48.604
Remensuração	3.499
Adição	15.054
Baixa	-
Depreciação	(20.182)
Saldo Final Direito de Uso do Ativo	78.566

A movimentação do passivo de arrendamento, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi a seguinte:

Descrição	R\$
Saldo Inicial Passivo de Arrendamento	47.597
Adoção Inicial IFRS 16	48.604
Remensuração de Contratos	3.499
Adição de novos Contratos	15.054
Juros Provisionados	16.203
Pagamento de Principal	(17.125)
Pagamento de Juros	(16.203)
Saldo Final Passivo de Arrendamento	97.629
Passivo Circulante	21.155
Passivo Não Circulante	76.474

A Companhia aplicou o CPC 06 (R2)/IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada, a qual não exige a rerepresentação dos valores correspondentes, não impacta o patrimônio líquido, bem como não altera o cálculo de dividendos e possibilita a adoção de expedientes práticos. Portanto, a informação comparativa apresentada para 2018 não foi rerepresentada - ou seja, é apresentada conforme anteriormente reportado de acordo com o CPC 06 (R1)/IAS 17.

A taxa de empréstimo incremental aplicada aos passivos de arrendamento na adoção inicial (1º de janeiro de 2019) foi de 10,79%.

Natureza dos arrendamentos da Companhia:

A Companhia arrenda uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE Capivari), com duração de 20 anos, no montante líquido de R\$ 45.198 (passivo de arrendamento). O contrato deste arrendamento prevê que os pagamentos aumentem a cada ano pela inflação. No fim

deste contrato todos os bens passarão a pertencer à Companhia, no estado que se encontram, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema de tratamento de esgoto do Capivari, esta reversão será gratuita e automática, livre de quaisquer ônus ou encargos. A Companhia também aluga veículos de passageiros, vans, furgões, máquinas operatrizes, e equipamentos, no montante líquido de R\$ 52.431. Em todos estes contratos, os prazos de aluguel não ultrapassam 5 anos. Não é prática da Companhia exercer a opção de compra do bem arrendado no final do contrato.

O contrato de aluguel de veículos dá o direito de usar os veículos para o prazo contratual estipulado. O arrendador deve substituir todos os veículos de imediato e de forma automática, quando completarem 120.000 quilômetros percorridos por outros veículos zero quilômetro nas mesmas condições estabelecidas no início do contrato.

h) Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus funcionários os seguintes benefícios pós-emprego:

- Plano de previdência privada complementar de contribuição definida;
- Assistência médica aos aposentados, cônjuge e dependentes; e
- Indenização por aposentadoria por invalidez.

h.1) Plano de previdência complementar de contribuição definida

Os custos de patrocínio de plano de pensão são reconhecidos como despesas por se tratar de planos de contribuição definida.

Quando o benefício do plano é ampliado ao serviço passado do empregado, o valor das parcelas é reconhecido no resultado de maneira linear durante o período médio até que os benefícios se tornem adquiridos. Se os critérios para obter estes benefícios são atendidos imediatamente, o gasto é imediatamente reconhecido no resultado.

h.2) Assistência médica aos aposentados

A Companhia concede aos funcionários aposentados, cônjuges e dependentes portadores de necessidades especiais, Assistência Médica por um período de 36 (trinta e seis) meses, pós-aposentadoria.

h.3) Indenização por aposentadoria por invalidez

A Companhia concede aos funcionários que se aposentam por invalidez permanente, 8 (oito) salários nominais, mais o valor equivalente à multa de 40 (quarenta por cento) sobre o saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

i) Redução ao valor recuperável – Impairment

i.1) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros.

i.2) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros, exceto os estoques e contribuição social diferida, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo, menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes, através da taxa de desconto antes de impostos, que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

Em 31 de dezembro de 2019, a Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável.

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Companhia tiver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, sendo provável a exigência de recursos econômicos para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas tendo como base as melhores estimativas possíveis quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

k) Receitas Operacionais

k.1) Receita de abastecimento de água e saneamento

As receitas de serviços de abastecimento de água e saneamento são reconhecidas no resultado por ocasião do consumo de água ou pela prestação de serviços de coleta e tratamento de esgoto. As receitas são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas dos abatimentos, descontos e tributos incidentes sobre a mesma. A Companhia reconhece a receita quando satisfazer à obrigação de performance ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente.

k.2) Receita de prestação de serviços

As receitas de prestação de serviços incluem:

k2.1) Receita de Construções

As receitas de construções são reconhecidas pelo mesmo montante dos custos das construções, relativo a obras de sistemas de água e esgoto, repassados por empreendedores.

k2.2) Outras Receitas de Prestação de Serviços

Abrange as prestações de serviços ligadas ao abastecimento de água e coleta de esgoto, tais como: ligação de água e esgoto, religação de água, extinção de ligação, instalação de hidrômetros, teste de estanqueidade, análise de PH, aferição de hidrômetro, exame físico-químico e bacteriológico de água, vistoria para alvará de uso, etc.

k.3) Receita de Redes de Água e Esgoto

Neste grupo são contabilizadas as receitas oriundas dos contratos de obras de redes de água e esgoto solicitados e pagos pelos consumidores. O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

l) Subvenção governamental

A subvenção governamental relacionada a ativos deve ser apresentada no balanço patrimonial em conta de passivo, como receita diferida, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita com subvenção na demonstração do resultado. A receita de subvenção governamental é reconhecida em base sistemática e racional, ao longo da vida útil do ativo, e confrontada com as despesas correspondentes, nos termos do pronunciamento técnico CPC 07 (R1) – Subvenção e Assistências Governamentais, ratificado pela Deliberação CVM nº 646/10.

m) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Pagamentos contingentes de arrendamentos são registrados através da revisão dos pagamentos mínimos do arrendamento pelo prazo remanescente do arrendamento quando o ajuste do arrendamento é confirmado.

n) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros e atualizações monetárias sobre parcelamento da receita tarifária, prestações de serviços, aplicações financeiras, outras receitas e o desconto a valor presente das provisões e são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros, e são reconhecidas no resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda, até janeiro de 2009, e a contribuição social sobre o lucro líquido do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A partir do dia 11 de fevereiro de 2009, a Companhia ficou desobrigada de apurar, provisionar e recolher imposto de renda, através do deferimento parcial da medida judicial de Imunidade Tributária, conforme mencionada na nota explicativa nº 19.4 (d).

A despesa com contribuição social compreende os tributos correntes e diferidos. A contribuição social (corrente e diferida) é reconhecida no resultado a menos que esteja relacionada a itens diretamente relacionados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Contribuição Social ativa diferida é originada da diferença temporária entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil, em conformidade com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, que considera o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e eles se relacionam a imposto de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de contribuição social diferida são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

o.1) IFRIC 23/ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Essa interpretação esclarece como mensurar e reconhecer ativos e passivos de tributos sobre o lucro (IR/CS) correntes e diferidos, à luz do CPC 32, nos casos em que há incerteza sobre tratamentos aplicados nos cálculos dos respectivos tributos. A Companhia entende que todos os ajustes tributários efetuados na apuração da Contribuição Social não apresentam tema passível de questionamento pelas autoridades fiscais federais, quais sejam decorrentes de interpretação tributária diversa.

p) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média das ações ordinárias no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, se aplicável, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41.

q) Informações por segmento

Dada a peculiaridade da Companhia, que atua em um setor considerado pela legislação como serviço público essencial, as decisões de investimentos da Companhia estão pautadas, principalmente, pela responsabilidade social e ambiental. Desta forma, são considerados como único segmento os serviços públicos de água e esgoto. O fator principal que faz com que o controle gerencial da Companhia seja o conjunto das atividades de água e de esgoto é a existência de subsídio cruzado na prestação de serviços de fornecimento de água, coleta, afastamento e tratamento de esgoto. A Companhia não administra os resultados operacionais de água e esgoto separadamente e não possui informação financeira individualizada disponível.

r) Ajuste a valor presente

As contas a receber de contratos de prestação de serviços e parcelamento de contas de água, esgoto e prestação de serviço registrados no circulante e no não circulante são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de pagamento prefixada nas datas das respectivas transações.

s) Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

10.6 Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

Todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras

10.7 Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras

10.8 Plano de Negócios

a) Apresentação

A Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A (SANASA Campinas) informa que encaminhou ao Conselho de Administração, para apresentação em reunião a ser realizada na data de 18/12/2019, o Plano de Negócios e Estratégia de Longo Prazo para o período de 2020 a 2025, nos termos do artigo 23 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

A elaboração do Plano de Negócios e da Estratégia de Longo Prazo, que contou com a participação da Diretoria Executiva e do corpo de gestores da Companhia, foi baseada na expectativa de desempenho da empresa, considerando a recuperação da atual conjuntura econômica do país no médio e longo prazo.

São apresentadas as realizações do ano de 2019 e as metas e previsões a partir de 2020, as quais envolvem riscos e incertezas, e dependem da obtenção de recursos externos, bem como a solicitação e aprovação de financiamentos junto ao Ministério de Desenvolvimento Regional.

b) Breve Histórico

A Estratégia de Longo Prazo e o Plano de Negócios são ferramentas que resultam das atividades do planejamento estratégico e foram elaboradas de forma integrada, considerando desempenhos de anos anteriores e o cenário atual, com destaque para a crise hídrica vivenciada nos anos de 2014 e 2015, bem como a implementação do Plano 300%, que tem como objetivo a universalização do saneamento, atendendo à população com 100% de abastecimento de água, 100% de esgotamento sanitário e 100% de tratamento de esgoto.

O Sistema Cantareira, localizado nas cabeceiras dos rios Atibaia e Jaguari, é formado por um conjunto de reservatórios, túneis e canais, que revertem água da bacia do rio Piracicaba para a bacia do Alto Tietê, com a finalidade de complementar o abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo.

O volume equivalente do Sistema Cantareira, que considera o volume dos reservatórios pertencentes à bacia do rio Piracicaba (represas Jaguari-Jacareí, Cachoeira e Atibainha) registrava um percentual de 48,78% de sua capacidade de armazenamento em janeiro de 2013 e passou a menos de 10% em maio de 2014 chegando ao final do mesmo ano com apenas 6,91%. Vale ressaltar que para permitir o abastecimento da população da Região Metropolitana de São Paulo, a SABESP instalou um sistema de bombeamento na represa Jaguari-Jacareí e no reservatório do Atibainha com a finalidade de captar água abaixo das comportas na área denominada "Reserva Técnica", mais conhecida como "Volume Morto".

Com a utilização do "Volume Morto", a estiagem severa e as perspectivas futuras de desabastecimento, os municípios se mobilizaram na busca por outras fontes de abastecimento, na otimização de seus sistemas, na execução de obras para redução de perdas físicas, na construção de piscinões e na conscientização da população sobre a severidade do momento, com campanhas para conscientização e redução de consumo.

Aliada a essas dificuldades há de se considerar a baixa qualidade dos mananciais, que poderia a qualquer momento comprometer, ou até mesmo, inviabilizar a captação de água bruta.

A matéria publicada no jornal Estado de São Paulo em janeiro de 2015, retrata a situação vivenciada à época: **"(...) o estoque de água disponível para abastecer 20 milhões de pessoas na Grande São Paulo caiu 74%. Quando a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) emitiu o primeiro alerta sobre a seca do Cantareira, em 27 de janeiro de 2014, os seis mananciais que atendem a região mais rica do País somavam 1 trilhão de litros armazenados. Hoje, restam 267,8 bilhões, 12,4% da capacidade dos reservatórios. A crise começa a ganhar ares trágicos na medida em que as reservas de água continuam caindo na temporada de chuvas, fenômeno que se repete pelo segundo verão consecutivo. Esta é a pior seca nos últimos 85 anos. Mantendo esse ritmo, essa reserva pode acabar em 206 dias."** (Fábio Leite Rafael Italiani, O Estado de São Paulo - Metrópole - pg. A19, 25/01/2015).

Como consequência, os responsáveis pela gestão dos recursos hídricos - Agência Nacional de Águas (ANA) e Departamento Estadual de Águas e Energia Elétrica de São Paulo (DAEE) - buscaram uma solução com a finalidade de deter o esvaziamento das represas do Sistema. Assim, em janeiro de 2015, foi publicada a Resolução Conjunta ANA/DAEE nº 50 que estabeleceu regras e condições de restrição de uso para captações de água nas bacias dos rios Jaguari, Camanducaia e Atibaia. Essa Resolução foi objeto de inúmeras reuniões, que contaram com a participação da SANASA em todas as etapas de formulação. Além de estabelecer as restrições aos diversos usuários quando os reservatórios atingirem os limites de restrição e de alerta, foram definidos Pontos de Controle para o acompanhamento dos níveis dos rios. Com a mudança de metodologias para gestão dos recursos hídricos verificou-se uma melhora significativa nos volumes do Sistema Cantareira, encerrando o ano de 2015 com um índice de 22,78%, 133% superior ao verificado no início do ano.

Em 29 de maio de 2017 foi publicada a Resolução Conjunta ANA-DAEE 926/2016 referente à nova outorga do Sistema Cantareira. Essa outorga reconhece a importância das mudanças climáticas sobre os recursos hídricos e estabelece a garantia de no mínimo 10 m³/s no rio Atibaia, no município de Campinas e faixas de controle com o objetivo de garantir a segurança no abastecimento aos municípios tanto nos períodos de seca quanto nos períodos de cheia, conforme segue:

- Faixa 1: Normal - volume útil acumulado igual ou maior que 60% e limite de retirada de 33,0 m³/s;
- Faixa 2: Atenção - volume útil acumulado igual ou maior que 40% e menor que 60% e limite de retirada de 31,0 m³/s;
- Faixa 3: Alerta - volume útil acumulado igual ou maior que 30% e menor que 40% e limite de retirada de 27,0 m³/s;
- Faixa 4: Restrição - volume útil acumulado igual ou maior que 20% e menor que 30% e limite de retirada de 23,0 m³/s;
- Faixa 5: Especial - volume acumulado inferior a 20% do volume útil e limite de retirada de 15,5 m³/s.

É importante destacar que o ano de 2019 foi um ano de baixa incidência de chuvas. A Figura 1 apresenta um comparativo do volume de chuvas verificado em Campinas no período de 2000 a 2018, sendo que no ano de 2019, até o mês de outubro, verificou-se um volume de chuvas de 778,70 mm, vale ressaltar que apenas em 2014, durante a crise hídrica, foi constatada uma incidência menor que a deste ano, para esse período. Observa-se que no ano de 2014 houve uma incidência de chuvas considerável nos últimos dois meses.

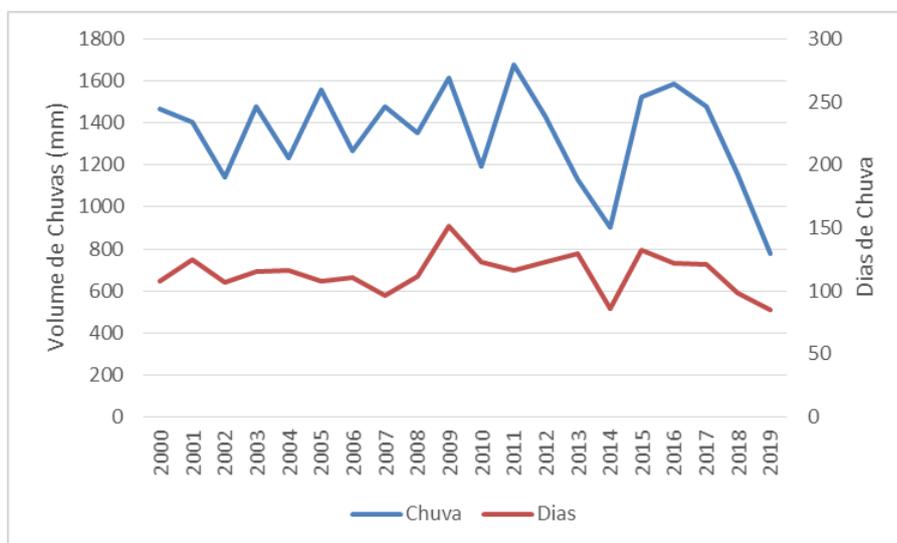


Figura 1- Incidência de Chuvas em Campinas, no período de 2000 a 2019

Em razão dos baixos volumes de afluência para o Sistema Cantareira, o volume equivalente do Sistema Cantareira verificado em 31/10/2019 registrava 41,28%, ficando praticamente todo o segundo semestre do ano em Estado de Alerta. A Figura 2 apresenta a variação do Volume Equivalente do Sistema Cantareira, no período de 2013 a outubro/2019.

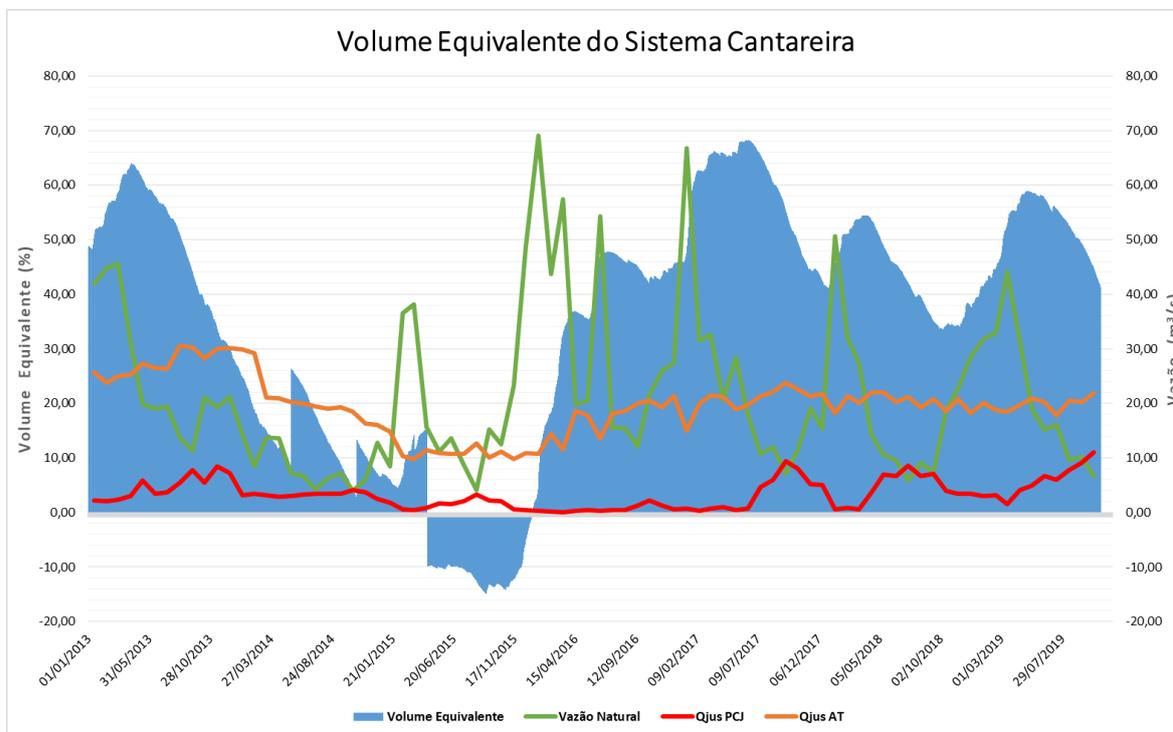


Figura 2 - Volume Equivalente do Sistema Cantareira, verificado no período de 2013 a 2019

c) Diretrizes Estratégicas

- **Gestão Empresarial:** Compromisso com as metas e resultados propostos no plano de negócios da empresa, com base na análise dos riscos e oportunidades.
- **Responsabilidade Social:** Assegurar o desempenho ético e transparente da empresa, respeitando as relações de trabalho, os clientes, a comunidade e o meio ambiente e praticando tarifas socialmente justas e economicamente viáveis.
- **Vanguarda Tecnológica:** Utilizar soluções inovadoras nos processos tecnológicos e operacionais, promovendo parcerias internas e externas, com certificações e creditações.
- **Sustentabilidade:** Assegurar as práticas de sustentabilidade socioambiental, visando a perenidade do negócio.

d) Onde Estamos

Com o advento da maior crise hídrica dos últimos anos, a SANASA, durante os anos de 2014 e 2015, focou todos os seus esforços a fim de prevenir o desabastecimento, evitar o racionamento e manter sua economia em níveis operacionais aceitáveis.

Seguindo as diretrizes anteriormente estabelecidas no início da crise, intensificou-se o monitoramento dos rios Atibaia e Capivari quanto à qualidade e quantidade, bem como, a qualidade de água tratada e distribuída à população. Desta forma, houve a necessidade de revisão do Plano de Segurança da Água (PSA) e otimização dos sistemas de tratamento de água.

A SANASA faz o monitoramento de seus mananciais em três pontos ao longo do rio Atibaia, desde o município de Atibaia até à captação de Campinas, em Sousas, e no rio Capivari em outros dois pontos, com coleta semanal. Além disso, é feito o monitoramento em 341 pontos na rede de distribuição de água, sendo que, no ano de 2019, até o mês de novembro, foram coletadas 4.559 amostras, que resultaram em 31.114 exames de avaliação da potabilidade da água, em atendimento à Portaria de Consolidação nº 5, Anexo XX, do Ministério da Saúde.

Neste ano, além da continuidade das obras do sistema de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, foram contratados os projetos relativos às obras contratadas junto à Caixa Econômica Federal, Cédulas de Crédito Bancário 441.917-02 e 441.921-63, que compreendem:

- CCB 441.917-02 - Sistema de Abastecimento de Água:
 - Adutora de água bruta, com extensão de 2.700 m e 1.000 mm de diâmetro;
 - 6 subadutoras, com extensão de 31.230 m;
 - 27 reservatórios, totalizando 65.330 m³ de reservação;
 - 4 estações elevatórias;
 - 57.828 m de redes de distribuição de água.

- CCB 441.921-63 - Sistema de Esgotamento Sanitário:
 - Ampliação / otimização de 6 estações de tratamento de esgoto;
 - 21 estações elevatórias de esgoto;
 - 17.226 m de linhas de recalque;
 - 30.040 m de interceptores e coletores tronco;
 - 141.858 m de redes coletoras de esgoto.

Durante o ano de 2019, até outubro, foram executadas 7.052,09 m de redes de água em bairros; 6.308,00 m de redes coletoras de esgoto; trocados 18,00 km de redes de água. Neste ano foram solicitados recursos para a implantação das ETEs Anhumas e Capuava / Samambaia, totalizando R\$ 255.671.756,42 de investimentos, as quais já se encontram

enquadradas pelo Ministério de Desenvolvimento Regional, aguardando a seleção por parte do Ministério. Também foram solicitados recursos para a elaboração dos projetos para a implantação do Reservatório de Água Bruta, com a finalidade de garantir o suprimento hídrico para o município de Campinas.

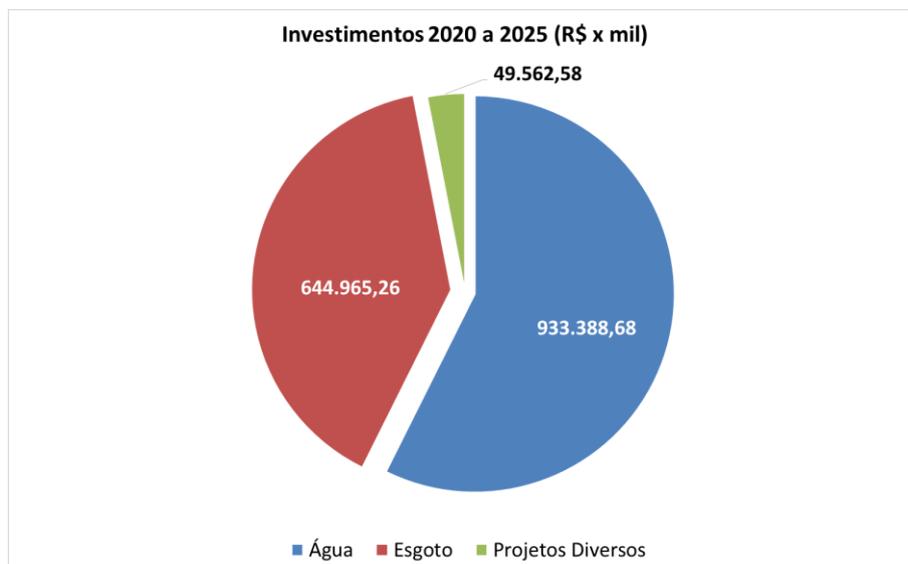
e) Onde Pretendemos Chegar

Metas Empresarias:

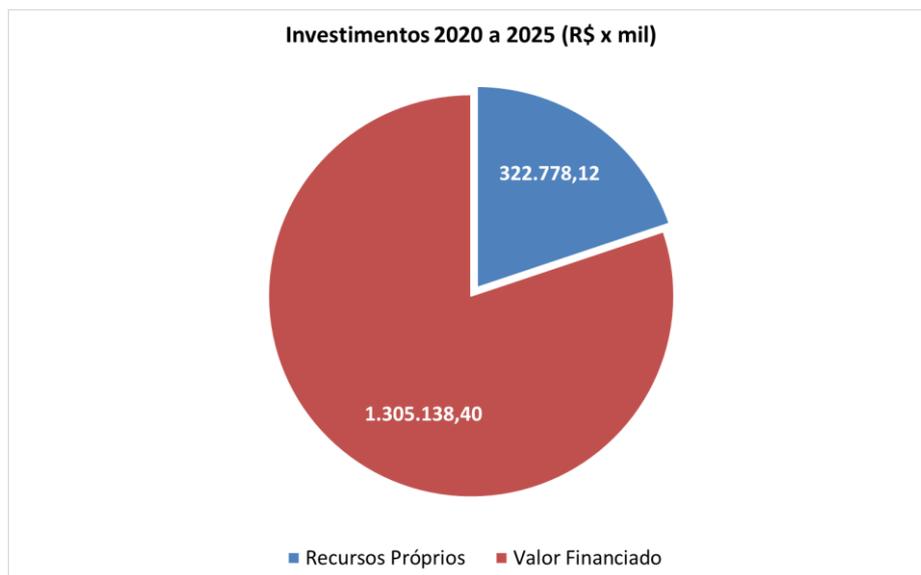
- 100% de abastecimento de água;
- 100% de coleta e afastamento de esgotos;
- 100% de tratamento de esgotos;
- Garantia de abastecimento;
- Novos negócios na área de saneamento;
- Índice de satisfação dos clientes de 96%.

f) Como Chegaremos Lá

A Estratégia de Longo Prazo, para o período de 2020 a 2025, contempla os investimentos a serem realizados pela Companhia, com ênfase na universalização do saneamento básico do município de Campinas. Do total a ser investido, 57% será destinado ao sistema de abastecimento e água e 40% ao sistema de esgotamento sanitário, 3% são destinados a projetos diversos (BRT, Projetos, etc.) conforme evidenciado no Gráfico a seguir:



Vale ressaltar que a execução dos investimentos previstos depende de recursos de financiamentos a serem obtidos junto à Caixa Econômica Federal. Todavia, essa contratação passa pelas fases de seleção, hierarquização, viabilidade técnico-financeira e habilitação de Cartas Consultas pelo Ministério de Desenvolvimento Regional. O gráfico abaixo demonstra o montante de recursos a serem obtidos, segregados em sistema de abastecimento e esgotamento:



g) Gestão de Riscos

Os fatores de riscos que poderiam influenciar a decisão sobre investimentos são baseados nos riscos corporativos voltados à missão da empresa, conforme abaixo:

1. Risco referente ao abastecimento de água;
2. Risco referente ao tratamento de esgoto;
3. Risco de não atingir as metas que somam 300%;
4. Risco de não execução de projetos e obras;
5. Risco de *Compliance*;
6. Interrupções no fornecimento de energia elétrica;
7. Falta de produtos químicos;
8. Risco referente à cadeia de fornecedores;
9. Queda de faturamento;
10. Mudanças em políticas fiscais e tributárias;

11. Risco relacionado à regulação dos setores em que a empresa atua.

Os principais aspectos do monitoramento de riscos são:

- Ações mitigatórias – ações da empresa para evitar que os riscos ocorram;
- Indicadores – termômetros para análise e monitoramento dos riscos.

10.8 Outros fatores com influência relevante

Não aplicável